



DO MEDIEVAL AO CONTEMPORÂNEO, POR QUE TRANSPORTES POR TRAÇÃO ANIMAL NOS CENTROS URBANOS PERSISTEM? UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

EVELYNNE HILDEGARD MARQUES DE MELO; ANNELISE CASTANHA BARRETO
TENÓRIO NUNES; ADRIANA DE LIMA MENDONÇA; MARIA CLARA CARLOS DA SILVA;
MARIANA FERREIRA DO AMARAL

INTRODUÇÃO: Veículos por tração animal (VTA), carroça atrelada a equinos, são tecnologias medievais desenvolvidas originalmente para transportar armamento e soldados em guerras e na contemporaneidade persistem no Brasil como meio de ocupação informal urbano de civis, denominados carroceiros, transportando recicláveis, subprodutos da construção civil e fretes diversos principalmente no Nordeste. No norte e sudeste do país estão os principais avanços históricos dos VTA. Em todo o país, questões sanitárias e ao mal-estar animal representam este problema que é dependente de política pública (PP) para transformação social. **OBJETIVOS:** Analisar as tendências das ementas propositivas legislativas entre legalização ou proibição de VTA, para compreensão das PP de intervenções no problema. **METODOLOGIA:** Através dos portais oficiais das assembleias e câmaras legislativas foram obtidos: Leis, Projetos de Lei (PL) e Indicativos de PL (IN-PL) para análise das tendências das ementas propositivas sobre VTA tramitando ou sancionadas até 2022 nas capitais do nordeste. Através de literatura científica discutir o contexto. **RESULTADOS:** Foram analisadas nove (100%) iniciativas legislativas, sendo 1/9 (11 %) IN de PL, 2/9 (22 %) PL e 6/9 (61 %) Leis. Em relação as tendências das ementas propositivas, 2/9 (22,22 %) são por legalização (PI e MA) e 7/9 (78 %) por proibição (AL, SE, PE, PB, RN, BA e CE) de VTA. As capitais que sancionaram Leis com decisão proibitiva são: RN, CE, PE, SE e PB com decisões entre os anos de 2013 e 2019. Na capital/AL a proposição recebeu parecer de inconstitucionalidade. Nas capitais do nordeste do Brasil, 78% das tendências legislativas vão no sentido de proibição dos VTA no ambiente urbano, contudo a atividade persiste mesmo nas capitais com Leis proibitivas. Observa-se que em SE e PB, as proposições mencionavam períodos de transição para readequação do cidadão com até seis anos prévios as leis sancionadas. **CONCLUSÃO:** O que mantém VTA nos centros urbanos é o vínculo ocupacional do homem. E a ausência de planejamento alinhando tecnologias e políticas públicas sustentáveis para redirecionamento do carroceiro, é a razão para o insucesso e pouca aplicabilidade das Leis no executivo.

Palavras-chave: Equinos, Tração animal, Políticas públicas, Saúde única, Carroças.